

■ **Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta** ***The associational practices of Guineans, transnational connections and incomplete citizenship***

Maria Celeste Rogado Quintino*

Resumo

Este artigo analisa as associações de guineenses e foca a Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde é mais elevada a concentração de guineenses e das suas associações em Portugal. A abordagem adoptada segue perspectivas teóricas do transnacionalismo para capturar as práticas associativas e seus significados, negociados nas complexas articulações entre estado e sociedade civil e nas imbricadas conexões entre as escalas local, nacional e transnacional. Os resultados da pesquisa revelam conexões intensas que ligam as actividades associativas cá e lá e as inscrevem num espaço social transnacional, mas apenas alguns dirigentes das associações guineenses da AML estão envolvidos em formas imaginadas de cidadania transfronteiriça na arena pública.

Palavras-chave

migração guineense, associações, transnacionalismo, cidadania.

Abstract

This article analyses the associations of people from Guinea-Bissau in Portugal and focuses on the Metropolitan Area of Lisbon (MAL), the region with the highest concentration of immigrants from Guinea-Bissau. The approach adopted follows various theoretical perspectives of transnationalism in order to identify the associational practices and their meanings, negotiated in the complex interaction between the State and civil society, and in the intricate local, national and transnational interconnections. The results of the research reveal intense connections that link associational activities "here" and "there", marking them out in a transnational social space. Nevertheless, only some of the leaders of Guinea-Bissau associations in the MAL are involved in imagined forms of cross-border citizenship in the public arena.

Keywords

Guinea-Bissau migration, associations, transnationalism, citizenship.

* ISCSP - Universidade Técnica de Lisboa / ISCSP - Technical University of Lisbon
(celestequintino@iscsp.utl.pt)

■ Práticas associativas de guineenses, conexões transnacionais e cidadania incompleta

Maria Celeste Rogado Quintino

Introdução

Há cerca de 30 anos que Portugal tem sido o país de residência de migrantes guineenses e seus descendentes, muitos já nascidos no país. A sua chegada pode ser explicada pelos fluxos migratórios pós-coloniais que trouxeram para a Europa populações dos antigos impérios e que acabariam por se fundir nos fluxos migratórios Sul/Norte favorecidos pela intensificação dos processos de globalização. Os primeiros guineenses chegaram a Portugal integrados no movimento de “retornados” e, a partir de meados da década de 80 do século XX, cresceu e consolidou-se um fluxo laboral alimentado menos pelo reagrupamento familiar de padrão nuclear do que pelas redes sociais, estas com um papel importante no sucesso dos projectos migratórios e no apoio à integração na sociedade portuguesa, todavia envolvidas no fenómeno da migração ilegal.¹ Acrescem os fluxos de estudantes que tenderam a não regressar e de quadros que abandonaram a Guiné-Bissau, sobretudo, por alturas da guerra civil de 1998.²

Difícil se torna conhecer a dimensão da população guineense actualmente a residir em Portugal, variando as estimativas mais actuais entre os 45.000 e os 70.000.³ Sabe-se que, em 2008, os 24.391 guineenses com estatuto legal de “estrangeiro residente” constituíam a quinta nacionalidade estrangeira mais representativa em Portugal (SEF, 2008). A estes juntam-se os guineenses com nacionalidade portuguesa, um número inexpressivo de asilados associados à guerra civil e um número ainda elevado em situação ilegal que se confronta com as novas regras decorrentes da “Lei da Imigração” (Lei 23/2007, de 4 de Julho).

Trata-se de uma população cuja heterogeneidade cultural, religiosa, social e política é já anterior à sua chegada a Portugal, embora sejam múltiplas as suas experiências individuais e trajectos de vida na sociedade portuguesa, estando, por isso, implicadas diferentes noções de integração e cidadania. Globalmente, e como já observado na década anterior (Machado, 2002; Quintino, 2004), as posições sociais na sociedade portuguesa continuam a estar associadas à bifurcação à chegada entre um segmento urbano, instruído, qualificado, politizado e culturalmente mais híbrido e um segmento de maior dimensão, com maior diversidade de culturas e identidades locais, baixos níveis de escolaridade e de qualificação profissional e pouco politizado.⁴ As diferenças incompletas entre os dois segmentos são mais visíveis na proximidade do primeiro ao segundo no mercado de trabalho não qualificado (Có, 2007) e no padrão residencial suburbano e de habitação degradada ou social (Malheiros e Mendes, 2007).

Grande parte dos guineenses têm-se estabelecido e transformado zonas urbanas no país, predominantemente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde uma percentagem elevada tende a dispersar-se pelas freguesias suburbanas e a concentrar-se

nos mesmos bairros de habitação degradada ou social, juntamente com outros migrantes (Malheiros e Mendes, 2007) e refletindo, não raras vezes, as subjectividades locais anteriores à sua chegada. Pequenos mercados informais de rua, bares e lojas de bairro, estabelecimentos em centros comerciais, restaurantes e discotecas, lugares de interacção social na via pública, associações formais e informais, celebrações culturais e acções políticas começam a tornar-se visíveis e partes integrantes de paisagens urbanas da AML.

De facto, aos poucos os guineenses e os seus descendentes têm tornado Portugal a sua casa, organizando os seus quotidianos e os seus tempos de lazer e de sociabilidade, expressando as suas múltiplas identidades e culturas em que os muçulmanos se tornam mais contrastantes, criando as suas instituições e envolvendo-se em práticas de produção e reprodução de noções de cidadania. Aspectos que não deixam de evidenciar os diferentes trajectos de vida e posições sociais na sociedade portuguesa, a heterogeneidade antes da chegada, a preponderância numérica de muçulmanos e manjacos e os conflitos internos.

Tal como muitos outros migrantes e seus descendentes, os guineenses não escapam ao sentimento anti-migrante e a uma certa agitação de racismo e xenofobia que têm surgido em grande parte dos países do Norte que acolhem populações do Sul, designadamente em Portugal (Peixe *et al.*, 2008). São muitos os guineenses que enfrentam situações de exclusão social e discriminação que lhes têm conferido uma imagem estigmatizada junto dos portugueses (Malheiros e Mendes, 2007) e que relatam experiências de racismo percebidas nos seus quotidianos (Machado, 2001), ao mesmo tempo que as contestações contra o racismo e a discriminação ganham legitimidade através dos seus representantes associativos que surgem na arena pública a colocar essas questões no contexto da cidadania em Portugal e na Guiné-Bissau.

A propósito da integração na sociedade portuguesa, Bubakar Baldé, Presidente do Centro Português de Estudos Árabe Pulaar e da Cultura Islâmica, admite que Portugal é mais tolerante do que países como a França, contudo:

"[...] integra em termos formais, mas na prática não dá oportunidades. Nós não temos nenhuns problemas com portugueses, e eles aliás são nossos parceiros [...] Mas o português é branco, é cristão, é europeu e por isso é normal que aceite mais facilmente outro europeu. Sim, o racismo existe. Se não existisse não havia associações como a nossa, a lutar pelos direitos dos imigrantes. É um racismo que não é generalizado, mas que se observa ainda muito, sobretudo no mercado de trabalho." (Notícias Magazine, 27/07/2008).

No Encontro com a Comunidade Guineense residente em Portugal, que contou com a presença do Primeiro-ministro da Guiné-Bissau - Martinho N'Dafa Cabi -, onde o então Representante das Comunidades Guineense no COCAI⁵ - Augusto Mendes Pereira - alude ao polémico debate sobre a definição legal de cidadão guineense entendida pelos guineenses na "diáspora" como "racismo político", "restritiva" e "discriminatória", para incidir na questão do não reconhecimento do Estado guineense do direito à dupla nacionalidade:

"[...] Porque é que os cidadãos naturais guineenses têm de tirar visto para entrar na Guiné-Bissau, quando estão a tratar de assuntos que têm a ver com o desenvolvimento do país? [...] é uma discriminação que desvaloriza o sentimento de amor à pátria e só contribui para criar a sensação de estrangeiro na sua própria terra de origem." (Universidade Lusófona, Lisboa, 31/08/2007).

Estas contestações em torno de noções de cidadania dominante cá e lá são ressonâncias de interesses económicos, políticos e culturais que os guineenses e as suas associações mantêm em múltiplas escalas e do seu envolvimento em relações sociais que ligam Portugal e a Guiné-Bissau. Trata-se de uma experiência de vida num mundo globalizado e desterritorializado (Appadurai, 1991) que parece escapar ao controlo dos Estados-nação e tornar confusa a linha que separa nacionais e estrangeiros, fenómeno que tem sido conceptualizado a partir da convergência crítica de perspectivas teóricas do transnacionalismo sugeridas na pesquisa para ultrapassar as insuficiências do nacionalismo metodológico na explicação das múltiplas conexões e identificações que muitos grupos de migrantes actualmente sustentam nos seus atravessamentos regulares de fronteiras de dois ou mais estados (Kivisto, 2001; Portes, 2003).

Este artigo utiliza essas perspectivas teóricas do transnacionalismo para explorar as experiências de associações de guineenses domiciliadas na Área Metropolitana de Lisboa (AML) que conectam Portugal, outros destinos de migração e a Guiné-Bissau e em que estão implicadas diferentes subjectividades, oportunidades e constrangimentos de cá e de lá. Mostra-se que o sector associativo descreve um processo amplo de imaginação e acção que conecta os que partem e os que ficam num "espaço social transnacional" (Faist, 2000) e defende-se que as funções de integração na sociedade portuguesa e as funções de desenvolvimento na sociedade guineense inscritas nas agendas das associações correlacionam-se e favorecem a emergência de formas imaginadas de "cidadania transfronteiriça" para reclamar direitos e privilégios de mais do que um estado e negociar noções dominantes de cidadania cá e lá (Glick Schiller e Fouron, 2001; Glick Schiller, 2005).

Apresentados estes argumentos, começa-se por caracterizar e tipificar as associações,⁶ seguindo-se a análise das suas agendas com a identificação dos problemas, estratégias centrais e a descrição das actividades e, finalmente, acede-se às formas de cidadania que estão a ser imaginadas por alguns líderes associativos na arena pública, atendendo-se às motivações, vozes e acções em torno de assuntos da vida nas sociedades portuguesa e guineense para defender ou promover os seus interesses.

Para além da revisão de literatura que fornece pistas e informação sobre associações de guineenses, os dados apresentados neste artigo resultam de numa pesquisa etnográfica que desde 1992 tem sido levada a cabo entre os migrantes guineenses, incidindo em Portugal, Espanha, Itália, França e Guiné-Bissau (Quintino, 2004 e 2006). Complementa-se com análise de documentos que registam o percurso legal e de estatuto, os subsídios e outros recursos atribuídos, as parcerias e projectos, bem como de jornais e revistas portuguesas, publicações, sítios na Internet e blogues de guineenses ou de registos gravados pela autora com o objectivo de capturar as motivações, vozes e acções na arena pública.

Associações de guineenses na AML

a) Estrutura, função e representação

O crescimento e a heterogeneidade da população guineense a residir na AML tem conduzido a um aumento, concentração e diversificação de associações nesta área do país, verificando-se, desde a década de 80, uma maior tendência dos guineenses para o associativismo do que qualquer outro grupo de migrantes. Das 13 associações criadas na década de 80, números mais recentes e com critérios de recenseamento aparentemente distintos apontam para um total de 42 (Albuquerque, 2002) e 51 associações (Carreiro, 2007), sendo que a quase totalidade se concentrava na Área Metropolitana de Lisboa, com grande predominância no distrito de Lisboa. Em 2002, 35 associações estavam reconhecidas pela comissão instaladora da Federação das Associações Guineenses em Portugal (FAGP), das quais 22 representavam subjectividades locais, com grande preponderância das aldeias dos manjacos (Có, 2004).

Na AML, as associações de guineenses apresentam uma estrutura interna de complexidade e formalidade variada que enviesam qualquer contagem. Distinguem-se três níveis de estruturação que, embora coexistentes, expressam três fases de evolução institucional iniciada nos finais da década de 80: redes sociais, associações e federações.

As mais frequentes nos bairros onde se concentram guineenses mais desfavorecidos possuem uma estrutura simples, horizontal e baseada em redes informais de parentes, amigos e vizinhos que constituem e partilham um fundo comum de quotização mensal ou de colecta directa. Tendem a ser redes sociais flexíveis para se adaptarem às necessidades e circunstâncias de cada momento (Quintino, 2006).

Embora tenham sido os homens os primeiros protagonistas na criação destas redes sociais ainda na década de 80, este é o único nível de estruturação associativa em que se verificou um crescente envolvimento de mulheres nos últimos 10 anos e uma tendência para representarem diferentes identidades e culturas, embora a religião pareça continuar a auto-separar os muçulmanos e o recente maior activismo associativo dos manjacos possa diminuir a sua participação nestas redes plurais. A maior presença feminina nos fluxos e nos números da legalização e a maior estabilidade residencial poderão explicar parte deste crescente activismo feminino ainda longe dos padrões urbanos na Guiné-Bissau e de que são exemplos as redes informais *Gente Rica*, *Sabú N'hima*, *Badin Clube* e *Djamaro-diata* dominadas por mulheres muçulmanas (Quintino, 2006; Abranches, 2007).

Estas redes informais tiveram um papel importante na ajuda à migração para Portugal e na prestação de serviços aos recém-chegados como o acesso ao trabalho, alojamento, legalização e outros recursos indispensáveis ao seu estabelecimento, função que sofreu os reveses das recentes medidas de controlo da migração ilegal. Actualmente, têm como principal função as sociabilidades de grupo e a entreajuda nos cuidados dos filhos e nos momentos de emergência, como o desemprego, a doença ou a morte. A simplicidade de uma estrutura de laços de afectividade e partilha

e a importância das necessidades que satisfazem justificam a larga predominância destas redes sociais informais em vários grupos de migrantes (Moya, 2005).

O segundo nível de estruturação compreende as associações que se constituíram por iniciativa de comissões instaladoras que as organizaram e formalizaram e se propuseram representar interesses de subjectividades locais – aldeia, região e religião –, do colectivo nacional ou de grupos ocupacionais.

Os processos de criação, legalização e sediação própria destas estruturas mais complexas e hierarquizadas, por regra e como acontece a muitos outros migrantes, iniciaram-se a partir de meados da década de 90, aproveitando as oportunidades legais e institucionais entretanto criadas em Portugal, na escala autárquica e na escala nacional (Albuquerque *et al.*, 2000; Sardinha, 2007). Têm sido processos demorados que ainda estão por completar, sobretudo no que refere a sede própria que, muitas vezes, se instala em espaços cedidos pelas autarquias.

Também por regra tendem a definir as suas funções como agentes de apoio e mediação da integração dos seus membros em Portugal e como agentes de desenvolvimento que as inscrevem no que Portes *et al.* consideram ser o fenómeno que marca as migrações Sul/Norte, um “sentimento” e “sentido de obrigação” dos que partem para com os que ficam, “não apenas para a sobrevivência das famílias, como também para a implementação de um conjunto alargado de projectos filantrópicos e cívicos” (2005: 4). Desempenham também importantes funções de preservação e actualização das culturas e identidades e, algumas assumem funções de arena para reclamar direitos e privilégios e negociar noções de cidadania *cá e lá*.

As associações de aldeia e de região de origem são do tipo *hometown* associations de grande activismo entre vários grupos de migrantes de origem rural, destacando-se os mexicanos nos EUA, e que têm sido abordadas mais como agentes de desenvolvimento local na terra de origem (Orozco 2003) do que como actores e parceiros na integração dos seus membros na sociedade de residência (Somerville *et al.*, 2008). Também no conjunto em análise estas associações congregam populações com origem em comunidades rurais e com posições sociais mais desfavorecidas, embora mais recentemente se assista a uma mobilização crescente de quadros qualificados e bem integrados que se tornam dirigentes.

São estruturas que tendem a ser de pequena dimensão em termos dos orçamentos que gerem e da equipa que, habitualmente, exerce outra actividade profissional, e a ter um padrão de domiciliação suburbano, instalando-se com frequência nos bairros. As mais antigas evoluíram de redes informais criadas nos bairros clandestinos, entre os finais da década de 80 e princípios dos anos 90 e foram idealizadas para prover necessidades dos seus membros e apoiar os recém-chegados, preenchendo uma importante função de solidariedade social que a sua situação de ilegalidade tornava ainda mais penosa face a um Estado português que tardou assumir ter-se transformado num país receptor de migrantes (Albuquerque *et al.*, 2000). As associações mais recentes têm tendido a constituir-se com base em comissões instaladoras convocadas para responder a ecos de aflição que *dobram* das terras de origem a pedir ajuda aos que partem.

As associações religiosas possuem estruturas com características de dimensão e domiciliação idênticas às do tipo anterior e também representam subjectividades locais pré-migratórias que caracterizam a população guineense, como o islamismo e a adesão à Igreja Evangélica que tem crescido nos últimos anos, sobretudo nos centros urbanos da Guiné-Bissau (Dias, 1999). Constituem uma expressão da diversificação institucional que Vermeulen observou em Amesterdão como sendo mais comum entre migrantes com religiões mais contrastantes, como os muçulmanos e os hindus do Suriname, do que entre os que perfilham credos Cristãos, como os Evangélicos africanos do Suriname, o que, em parte, explica as estruturas mais organizadas e multi-funcionais das associações muçulmanas (2005).⁷

As suas funções de afirmação de afiliações religiosas expressam sentimentos de pertença contraditórios que interseccionam as diferenças internas, podendo argumentar-se com Dias que a AMNGB reflecte a tentativa de afirmação de uma identidade muçulmana guineense que se faz de diferentes subjectividades locais e que é instrumentalizada na "evitação e fascinação ambígua pelo «outro muçulmano»" (2007). Enquanto o Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica (CPEA-PCI, que segundo Harouna nasce de divergências entre as diferentes subjectividades islâmicas locais (1992), propõe-se afirmar uma identidade *fula* idealizada a partir de um território imaginado numa vasta área da África Ocidental.

As associações do colectivo nacional são as que tendem a possuir estruturas de maior dimensão mas mantêm a domiciliação suburbana, que é maioritariamente fora dos bairros. Foram, por regra, criadas a partir de uma comissão instaladora constituída por guineenses qualificados que reuniram um conjunto de assinaturas, incluindo-se neste grupo casos de associações que tiveram origem em movimentos sociais de contestação do Estado guineense.⁸ São as que mais frequentemente têm a função de arenas políticas nas contestações e negociações de direitos de cidadania *cá e lá*.

A AGUINENSO é, em alguns aspectos, um caso atípico de evolução da estrutura e funções deste tipo de associações. Fundada em 1987 com o estatuto de IPSS,⁹ assumiu como função acudir à situação de grande precariedade dos muitos trabalhadores que começavam a chegar através de um fluxo laboral eminentemente ilegal e que se amontoavam nos bairros clandestinos. O facto de, através do seu fundador e líder, ter sido uma voz na arena pública de denúncia, contestação e negociação de recursos e direitos para os migrantes não evitou as habituais delongas na aquisição de sede própria, inaugurada em 1992, no bairro social de Chelas Zona J, onde reside um número significativo de guineenses. Actualmente, apesar das preocupações com a Guiné-Bissau, tem vocacionado a sua função para o desenvolvimento humano e social de todos os residentes do bairro, o que talvez justifique uma estrutura que conta nos seus quadros com a colaboração de outras nacionalidades, incluindo portugueses.

No tipo de associações de grupos ocupacionais cabem as estruturas que reúnem indivíduos com uma dada ocupação e que partilham ou interesses circunscritos à entreadua e sociabilidades de grupo em Portugal, como as associações de estudantes que não fazem parte do conjunto em análise, ou interesses de natureza política e orientados para a contestação do Estado guineense, como o caso singular da BOLANHA,

fundada em 1996 “na Diáspora” e que se propõe conectar “os quadros espalhados pelo mundo e a sua pátria natal”.

Finalmente, o terceiro nível de estruturação é o federativo, um processo recente que revela um tecido associativo longe de atingir a maturidade observada em outros grupos de migrantes na Europa, como os curdos na França e na Suécia (Khayati, 2008). As federações têm sido descritas como estruturas associativas que representam um capital político e financeiro organizado que as tornam importantes *lobbies* nos processos de decisão e de participação nas sociedades de residência (Portes, 2007) e de origem dos migrantes (Delgado-Wise e Guarnizo, 2007).

Entre os guineenses, a estratégia federativa tem estado sujeita a duas forças internas contraditórias: a supremacia do activismo dos manjacos que, em 2004, fundaram a Associação Baboque em Portugal (ABP), que conecta doze associações de aldeias de manjacos em Portugal, suas congéneres na França, na Espanha e nas aldeias na Guiné-Bissau e assume funções de coordenação dos projectos de desenvolvimento nas “terras” de origem; e as divergências entre líderes associativos que têm retardado os trabalhos da comissão instaladora da Federação das Associações Guineenses em Portugal (FAGP), criada em 2000 para congregar o colectivo associativo. Estas dificuldades em juntar interesses numa estrutura federativa não parecem poder ser explicadas apenas pela heterogeneidade, uma vez que é comum noutros grupos de migrantes em que as diferenças são de ordem social, como é o caso dos cabo-verdianos em Portugal (Sardinha, 2005).

b) Agendas das actividades e transnacionalismo

Nem todos os migrantes e seus descendentes participam em actividades associativas e nem todos estão inseridos em espaços sociais transnacionais. Todavia, muitos criam e gerem associações com agendas que, simultaneamente, preenchem necessidades de integração dos seus membros na sociedade de residência e de desenvolvimento na sociedade de origem (Portes *et al.*, 2008; Somerville *et al.*, 2008).

Tal como em muitos outros casos já referenciados (Schrover e Vermeulen, 2005), também as associações de guineenses na AML adoptam agendas que inscrevem diversos tipos de actividades multi-escalares, modeladas pelas oportunidades e constrangimentos no destino e na origem e pelas subjectividades que caracterizam a população que representam.

Adequando-se aos argumentos de outros contextos (Vertovec e Cohen, 1999), este tipo de agenda dual desempenha um papel importante, quer na imaginação de “estruturas de sentimentos” de coesão social que aliviam as situações de marginalidade real ou afectiva na sociedade portuguesa, quer na formação de uma “ideologia de comunidades situadas” suportada por laços de afectividade e conexões entre os que partem e os que ficam. As interacções sociais que geram são mais intensas à escala local do que à escala nacional, tornando mais expressivas as afirmações e actualizações de identidades e culturas locais do que uma identidade colectiva guineense.

Em Portugal, as oportunidades legais e institucionais de integração e representação já descritas para as escalas autárquica e nacional (Albuquerque *et al.*, 2000; Sardiha, 2007) não parecem resolver dois dos problemas centrais nas agendas das associações de guineenses: as dificuldades de financiamento das suas actividades como agentes de integração *cá* e de desenvolvimento *lá* e a necessidade de oferecer uma diversidade de serviços de integração que parecem pôr à prova as instituições portuguesas. Sem prejuízo dos recursos, subsídios, fundos, parcerias que têm decorrido de negociações com instituições públicas e privadas, Igreja Católica e ONG, destacando-se o importante papel do CIDAC no apoio e na mediação a fontes de financiamento.

A diversidade de actividades descritas como objectivos nas agendas estão sujeitas a orçamentos cujas receitas expressam dificuldades de auto-financiamento. De um modo geral, as receitas constituem-se com base nas quotas pagas pelos membros que tendem a ser de pequenos montantes; nos fundos reunidos através de sistemas de colecta directa e provenientes da organização ou participação em eventos, muito usuais nas associações de menor dimensão; mais raramente nas rendas provenientes de património próprio, privilégio de um reduzido número de associações de maior dimensão; nos subsídios públicos e outros fundos que, no seu conjunto, representam uma quota elevada nas receitas. As autarquias onde estão sediadas e o ACIDI são as instituições das quais mais frequentemente recebem subsídios regulares ou para actividades pontuais, embora os montantes variem significativamente, situação que não parece alheia à capacidade de negociação dos seus dirigentes, necessariamente influenciada pela sua qualificação.

São as dificuldades em gerar receitas próprias e a conseqüente dependência financeira que têm levado as associações a adoptar novas estratégias de formalidade, de negociação, de qualificação e de representação para potenciar o seu agenciamento: (i) tem crescido a procura de soluções formais idealizadas a partir de universos simbólicos de sucesso para aceder a recursos financeiros e parcerias, como a aquisição dos estatutos de IPSS e de ONG já em fase de concretização e as gemações que na AML não têm consolidado respostas associativas, ao contrário dos casos de Matosinhos e Moura;¹⁰ (ii) os dirigentes associativos gastam boa parte do seu tempo a negociar subsídios, fundos, recursos e parcerias junto de instituições públicas, empresas e ONG para promover o bem-estar da população que servem *cá* e *lá*; (iii) a tendência para os dirigentes serem qualificados e adquirirem conhecimentos e competências em áreas como a capacitação institucional e gestão de projectos em parceria; (iv) a conjugação recente de esforços para garantir a eleição de um dirigente associativo guineense como Conselheiro do COCAI.

Estas estratégias, combinadas com a activação das estruturas federativas e com as acções políticas e pressões nos *media* de alguns dirigentes, talvez venham a fortalecer o posicionamento destas associações no mercado de financiamentos e parcerias e a motivar o desenvolvimento de actividades que promovam a autonomia financeira e permitam adquirir capital simbólico de poder.

É, pois, neste jogo de constrangimentos financeiros, de oportunidades de reforço do agenciamento e das necessidades dos seus membros que as agendas das associa-

ções inscrevem uma diversidade de actividades de apoio e mediação da integração. As mais frequentes agrupam-se em actividades culturais, religiosas e sociais, sendo que as associações de aldeia, região e religiosas tendem a servir mais os seus membros a uma escala mais local, enquanto as associações do colectivo nacional são mais abrangentes em termos da população que servem e da escala em que actuam (Quadro 1).

Quadro 1 - Tipo de actividades

Actividades culturais	Actividades sociais
<p>Festas e outros convívios</p> <p>Eventos de divulgação da gastronomia</p> <p>Desfiles de trajes tradicionais</p> <p>Exibições de grupos de danças tradicionais e modernas</p> <p>Concertos de grupos musicais</p> <p>Apresentações de trabalhos de arte tradicional, de escritores e intelectuais</p>	<p>Informação e mediação em assuntos de habitação, legalização e renovação de documentos, saúde, trabalho e educação</p> <p>Distribuição de géneros e medicamentos em situações de desemprego, doença e morte (microcrédito)</p> <p>Apoio a bolseiros (AGUIPA)</p> <p>Cursos de alfabetização, português, informática, formação profissional e preparação para a constituição de negócios próprios</p>
Actividades religiosas	<p>Seminários e outros fóruns de discussão sobre questões de integração e cidadania guineense</p> <p>Cursos de árabe e cultura pular (CPEA-PCI); ensino do Corão aos mais novos (AMNGB); campanhas de dissuasão das tradicionais práticas de mutilação genital feminina (AUF)</p> <p>Parcerias de serviços jurídicos, ajuda aos doentes que vêm ao abrigo do Acordo de Saúde, cuidados de saúde, CLAI, pólo informático e GIP</p>
<p>Rituais de morte</p> <p>Repatriamento dos corpos</p> <p>Tratamentos tradicionais da doença</p> <p>Viagens a Meca (muçulmanos)</p> <p>Orações diárias (muçulmanos)</p> <p>Cerimónias do calendário religioso (muçulmanos)</p>	

As actividades culturais mais vulgarizadas são as que, por regra, se destinam aos guineenses em geral. Como lugares de preservação e negociação de sentimentos de pertença são, sobretudo, as associações de aldeia, região e religiosas que oferecem uma maior diversidade de serviços de activação de memórias, universos simbólicos e religiosos que criam a ambiguidade de uma vida moderna na Europa apoiada em estruturas de afiliações e laços de afectividade,¹¹ promovendo-se, deste modo, a circulação de sujeitos mortos e vivos e de recursos simbólicos e materiais entre Portugal e as terras de origem (ver Bordonaro e Pussetti, 2006; Saraiva, 2008).

As actividades sociais mais comuns são os serviços de encaminhamento no acesso a recursos básicos e de apoio nas situações de maior carência que, raramente, tomam a forma de serviços de microcrédito e que nas associações de muçulmanos baseiam-se no sistema de caridade islâmica *zimola* (zakat). Menos vulgarizados são os cursos de capacitação de conhecimentos e competências e a organização de eventos que favorecem a aprendizagem da dimensão cívica da integração e da cidadania guineense. As associações muçulmanas oferecem aprendizagens específicas e zelam pelas práticas da mutilação genital feminina (MGF) sob escrutínio da sociedade portuguesa. Algumas associações do colectivo nacional oferecem serviços em parceria com grupos de profissionais guineenses, outras associações de migrantes ou instituições portuguesas.¹²

De um modo geral, todas as associações desenvolvem actividades na Guiné-Bissau, assunto que parcialmente ocupou alguns estudos atrás referidos e que aqui a sua contextualização é feita a partir de dois pontos de vista que permitem capturar as suas conexões com outros nós de relações sociais e outros fluxos, de modo a visualizar a configuração de um espaço social transnacional guineense: (i) das outras actividades transnacionais mais amplas que ligam origem e destinos e (ii) do associativismo que tem estado na base da constituição da sociedade civil guineense que parece ter nas suas mãos o destino do país.

Do ponto de vista das actividades transnacionais mais amplas, já identificadas na década anterior (Machado, 2002; Quintino, 2004), os guineenses residentes em Portugal, de uma forma ou de outra e com maior ou menor intensidade, participam na vida social, cultural, económica e política da Guiné-Bissau.

As redes de parentesco continuam a constituir nós de relações sociais densas e de dimensão alargada com um papel importante na ligação próxima entre os quotidianos dos parentes que partem para diferentes destinos e dos que ficam nas terras de origem, através de rotinas de contactos telefónicos e visitas, do envio de encomendas e remessas, da participação nas decisões familiares, na gestão de negócios familiares, nos cuidados dos filhos que ficam, na circulação de recursos culturais e simbólicos.

Os mecanismos de reciprocidade e solidariedade que sustentam estes nós de relações alargadas de parentesco são cruciais na formação de fluxos circulares associados à concepção, prática e impacto das actividades de desenvolvimento das estruturas associativas domiciliadas na AML. A aldeia muçulmana Braima Sory, observada por Có (2004), parece ter-se tornado “moderna” com o esforço de conexão de blocos

disjuntos de uma estrutura associativa de parentesco alargado, que se pode admitir com Faist tratar-se de um “grupo transnacional de parentesco” (2000).

De grande densidade e dimensão variada, são os nós de relações sociais inter-individuais ou colectivas que colonizam o ciberespaço e que conectam “blocos nacionais” (Basch *et al.*, 1994) compostos por “territórios, subjectividades e acções sociais” que a migração global tornou disjuntos e que a “erosão provocada pela mediação electrónica avizinhou e fez surgir novas localidades, novos espaços culturais e novos sítios de envolvimento político” (Vertovec e Cohen, 1999: 13-15).

Estas conexões transnacionais *online* através de fluxos de *e-mails*, publicações e informação de páginas pessoais, sítios de instituições e blogues são mais eficazes na produção dos nós de relações sociais entre destinos, por razões de dificuldade de acesso à Internet na origem, mas permitem democratizar o acompanhamento e a participação na vida dos guineenses na Guiné-Bissau e dispersos por destinos como Portugal, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Cabo Verde e EUA. Algumas associações têm já as suas projecções no ciberespaço, mas as suas actividades são mais frequentemente vigiadas e informadas por outras localidades guineenses virtuais, sendo de destacar o *Projecto Guiné-Bissau: Contributo*, que tem tido um papel fundamental na redistribuição de informação e como fórum de opinião e de discussão de temas sobre a Guiné-Bissau e os guineenses na “diáspora”.

Do ponto de vista do associativismo no país de origem, o reconhecimento legal das associações como agentes de desenvolvimento em 1991 e a exigida abertura à democratização colocaram a Guiné-Bissau no movimento de crescimento do terceiro sector à escala global, impulsionado pelo fracasso do Estado na resolução das necessidades básicas da população e pela preparação de uma classe urbana de quadros, que cria associações e ONG locais, baseadas nas novas práticas e discursos de desenvolvimento participativo (Salamon, 1998).

Os estudos revelam que na Guiné-Bissau as associações e as ONG locais “foram a emanação da” sociedade civil e, apesar da crónica dependência de financiamento externo, organizaram-se em movimentos sociais com impacto na Europa e têm sabido levar por diante um projecto solidário de sobrevivência, num país em permanente instabilidade político-militar e em que um Estado sombra se demitiu das suas responsabilidades (Sangreman *et al.*, 2006).

É nestes contextos locais e regionais que tem sido observada a actuação das associações de aldeia e região domiciliadas na AML, em parceria com as suas congéneres noutros destinos de migração e nas terras de origem, muitas vezes com a colaboração de ONG e estruturas federativas locais, missões católicas e agências das Nações Unidas (CIDAC, 2004; Có, 2004; Lopes, 2007), vencendo, deste modo, a ineficácia do Instituto de Apoio ao Emigrante para captar e promover o investimento dos guineenses que residem no estrangeiro, e os constrangimentos burocráticos e legais.

A saúde e a educação têm sido as áreas prioritárias dos projectos de desenvolvimento local que também têm favorecido a circulação de fluxos de conhecimentos e com-

petências, acrescentando-se a construção e reparação de infra-estruturas e o envio de recursos básicos. As associações do colectivo nacional têm estado mais vocacionadas para programas e campanhas de ajuda humanitária em parceria com instituições públicas, privadas e ONG e têm tido um papel de relevo, quer na distribuição mais generalizada de recursos, quer no apoio a instituições de solidariedade social, como é o caso da Associação Casa Emanuel, com acção importante no recolhimento de crianças e numa vasta área social na Guiné-Bissau (Quadro 2).

Quadro 2 – Actividades de desenvolvimento

Projectos de desenvolvimento local	Programas de ajuda humanitária
<p>Construção de centros hospitalares e escolas e seu apetrechamento com equipamento, medicamentos, materiais escolares e bibliotecas</p> <p>Missões médicas da AMI</p> <p>Cursos de formação e programas de estágios de pessoal especializado em Portugal</p> <p>Construção e reparação de infra-estruturas de circulação, saneamento básico, instalações eléctricas, fontanários e diques</p> <p>Instalação de uma rádio local</p> <p>Envio de contentores com alimentos não perecíveis, livros e vestuário</p>	<p>Distribuição de toneladas de alimentos não perecíveis, medicamentos, materiais escolares, livros, vestuário, brinquedos e equipamento variado</p> <p>Apoio a instituições de solidariedade social</p>

Fonte: Pesquisa etnográfica e documental, 2005-2009

Não existem estudos sobre o impacto das actividades das associações da AML no desenvolvimento da Guiné-Bissau, restam registos que para os que ficam as associações da “diáspora” ganharam um significado simbólico de solução e alívio dos males de locais esquecidos, que o sentimento e o sentido de obrigação dos que partem podem colocar na modernidade do desenvolvimento que não se esgota nas remessas familiares. Não é, pois, de surpreender os casos de processos de criação de associações de aldeia e região que se iniciam *lá* e convocam a ajuda dos seus migrantes para instalarem *cá* as suas congéneres.

Não sendo objectivo deste artigo quantificar a intensidade do transnacionalismo guineense, os dados permitem admitir que as conexões entre os vários nós de relações sociais e fluxos atrás descritos configuram um espaço social transnacional guineense que evidencia a inscrição de um território de manjacos representado pela estrutura federativa ABP que parece autonomizar-se. Um território que se constitui como um nó denso e extenso de relações sociais que conecta recursos, indivíduos, redes de parentesco, associações, localidades imaginadas, aldeias situadas na região de Cacheu na Guiné-Bissau, subúrbios de cidades em Portugal, França e Espanha e tempos disjuntos. Uma “comunidade imaginada” moderna (Anderson, 1983) que se funda na categoria colonial “regulado” definido como uma “unidade política e territorial do poder tradicional” que parece evocar o “reino dos *babok*”, o “regulado” dos “manjacos da Costa de Baixo” imaginado como uma entidade homogénea pelos portugueses de outro tempo ou “eventualmente” pré-colonial e resultado de “confederações defensivas que contribuíram para o estabelecimento de uma identidade comum”, um território de conflito de poderes, negociações e alianças entre manjacos e portugueses (Carvalho, 2002) e de lógicas pós-coloniais de poder que recriaram o poder tradicional na Guiné-Bissau (Carvalho, 2000).

c) Dirigentes associativos e cidadania imaginada

O desenvolvimento de um sentido de pertença múltipla provocado pela vida transnacional dos guineenses e das suas associações leva a crer que os nacionalistas de longa-distância de Anderson (1992) estão inclinados a agir como membros de mais do que um estado (Glick Schiller, 2005), o que contraria alguns excessos do transnacionalismo que advogaram o declínio das identificações e lealdades nacionais e propuseram uma cidadania pós-nacional (Soysal, 1994).

Todavia, apenas alguns dirigentes associativos, predominantemente das associações do colectivo nacional a que se juntam, mais pontualmente, a AFDAC, a ANPRP, a ABP e as associações muçulmanas CPEA-PCI e AUF, podem ser descritos como cidadãos transfronteiriços cujas experiências associativas ocorrem “num mundo legal plural” que inclui, não apenas as associações e as práticas associativas, como também constrangimentos, possibilidades, direitos e restrições de mais do que um conjunto de leis, instituições e regulações governamentais, organizações e práticas (Glick Schiller, 2005).

As associações de guineenses na AML são espaços contraditórios de cidadania, onde os seus membros têm oportunidade de se formarem na cidadania portuguesa em termos dos direitos sociais inerentes à integração, de discutir os seus direitos de cidadãos guineenses no estrangeiro e de afirmar o direito à diferença cultural, mas o colectivo associativo não se mobiliza em acções massivas para exigir o direito à cidadania política *cá e lá*.

Três aspectos identificados por Koopmans e Statham noutros contextos (2003) ajudam a explicar esta situação: (i) a “identidade colectiva” dos guineenses a que não são alheias as condições sociais e legais precárias de grande parte dos guineenses, o sentimento de marginalidade afectiva ou real, as diversas subjectividades e dificulda-

des na estratégia federativa e os problemas de agenda; (ii) as condições desfavoráveis na Guiné-Bissau, como o não reconhecimento da dupla nacionalidade e a ineficácia das estruturas do exercício da cidadania dos cidadãos no estrangeiro; (iii) os regimes de cidadania nacional e de integração em Portugal que dificultam o acesso à nacionalidade portuguesa e restringem os direitos dos estrangeiros residentes legais (Teixeira e Albuquerque, 2005; Sardinha, 2007), sob os efeitos de discursos e práticas da governação neoliberal, aos quais acrescem surtos de sentimentos racistas e xenófobos.

Decorre destes argumentos que as associações de guineenses na AML estão sujeitas a constrangimentos que não lhes têm permitido constituírem-se no que Vertovec e Cohen (1999) designam por sítios de envolvimento político colectivo, nem de se organizarem, no seu conjunto, como um lobby político de que são exemplos as organizações dos curdos na França e na Suécia (Khayati, 2008) ou dos latino-americanos nos EUA (Portes *et al.*, 2008).

As práticas de nacionalismo de longa-distância e de cidadania transfronteiriça compõem-se quase exclusivamente por um conjunto de denúncias de racismo e discriminação, de contestações de direitos e privilégios, de negociações de noções dominantes de cidadania cá e lá e restringem-se a uma pequena elite política de dirigentes associativos que vai ocupando posições de representação.¹³

Nos últimos cinco anos, nove assuntos estiveram na agenda política destes dirigentes associativos, cujas motivações, vozes e acções na arena pública deixaram registos: em Portugal - a Lei da Imigração e a integração, a Lei da Nacionalidade, a participação política e a MGF; na Guiné-Bissau - as eleições legislativas e presidenciais, a Lei da Nacionalidade, o assassinato do Presidente da República Nino Vieira, o retorno de quadros e o desenvolvimento.

De um modo geral, as contestações ao Estado português inseriram-se em acções promovidas por plataformas ou grupos de associações de migrantes (ver Teixeira e Albuquerque, 2005; Sardinha, 2007). As vozes guineenses mais ouvidas em fóruns de discussão, manifestações, entrevistas e conferências de imprensa contestaram os entraves à legalização e à aquisição da nacionalidade portuguesa e a exclusão dos direitos de cidadania, particularmente dos direitos sociais e do direito ao voto a nível local. Neste percurso público, o activismo destes dirigentes resultou em assinaturas de documentos reivindicativos como a Agenda dos Açores (2006), representações na Plataforma de Organizações de Imigrantes pela Regularização e Integração (2005), na Plataforma Participação Política dos Imigrantes em Portugal (2007) e no COCAI (2009) e parcerias com instituições portuguesas nas escalas local e nacional.

As denúncias nos *media* das práticas de MGF é um assunto que tem envolvido apenas os guineenses muçulmanos e os tornou objecto de debate público, de acção legislativa e de vigilância. Apesar do mal-estar generalizado e salvo raras excepções, têm sido as vozes de dirigentes das associações de muçulmanos, particularmente da AMNGB e da AUF, que mais se fazem ouvir em entrevistas nos *media* com argumentos contraditórios de uma “tradição” que traduz a natureza local do Islamismo na Guiné-Bissau

(AMNGB) e de uma modernidade apoiada em códigos globais de ética e de género que retiram a MGF do contexto do Islão e a colocam em plataformas dicotómicas: (i) na “crença”, na “subjugação” das mulheres, na manipulação “política” de recursos simbólicos e materiais envolvidos, na “pobreza”, no “analfabetismo” e na contestação ao Estado guineense por não promover o “desenvolvimento”; (ii) nos “direitos humanos”, na “saúde pública”, na “igualdade” de género (AUF). Saldou-se na participação da AUF em fóruns de discussão e programas de combate às práticas de MGF, em parceria com instituições públicas e ONG.

O envolvimento nos assuntos relativos à Guiné-Bissau surge na arena pública em conferências de imprensa conjuntas, entrevistas aos *media*, fóruns de discussão e, por vezes, associado a movimentos políticos guineenses. Evidencia, por um lado, a responsabilização do Estado guineense pela instabilidade político-militar, a crise económica e social e a exclusão dos migrantes do exercício da cidadania e, por outro, práticas de nacionalismo de longa-distância, fundadas na evocação de noções de “diáspora” que incluem sentimentos de “exílio”, de “dispersão” traumática e desejo de “retorno de quadros”, a ideia de “amor à pátria natal” e um sentido de pertença expresso nas conexões entre países de destino e país de origem que revelam o empenho em projectar o futuro dos que ficam e dos que partem numa vida transnacional associativa (ver Vertovec e Cohen, 1999).

Conclusões: associativismo guineense, transnacionalismo e cidadania

A presença das associações de guineenses na cena transnacional acompanha a de outros grupos de migrantes e seus descendentes envolvidos em actividades regulares de atravessamento de fronteiras internacionais que produzem efeitos em dois ou mais estados (Vertovec, 2004). Estas experiências transnacionais, longe de serem a celebração no vácuo de uma “resistência popular subversiva de «baixo para cima»” (Guarnizo e Smith, 1998), são moldadas por múltiplos processos mais amplos em constante interacção, nomeadamente o impacto do capitalismo global na persistência de estruturas de desigualdade entre e dentro de países e as conjunturas nas sociedades de origem e de destino que são provocadas pela migração internacional de grande escala (Kivisto, 2001).

As associações de guineenses na AML podem ser descritas como actores sociais “transmigrantes”, cujos quotidianos se configuram num espaço social transnacional onde circulam diferentes fluxos e operam múltiplas subjectividades, localizações de poder, nós de relações sociais, associações e dirigentes com diferentes interesses, laços e posições nas estruturas relacionais multi-escalares, noções de cidadania, usos de direitos, tipos de actividades e modos de participação (Glick Schiller, 2005). Todavia, operam dentro das fronteiras dos estados, à escala nacional e local, para reterem vantagens dos seus recursos, direitos e privilégios (Guarnizo, 2001), e as suas práticas de cidadania transfronteiriça confirmam a “estabilidade da dupla orientação” (Grillo, 2001) mas estão sujeitas a uma das relações mais críticas entre os estados e a globalização, as implicações do transnacionalismo no conceito de cidadania que tem estado sob escrutínio político e científico (Ho, 2008).

Trata-se de um tecido associativo relativamente recente, ainda em processo de legalização e de sediação, dependente de subsídios públicos e outros fundos e com um nível de diversificação considerável e incompleto no que refere à especialização. A diversidade não expressa uma especialização institucional, antes evidencia a heterogeneidade que caracteriza os guineenses, visível nas subjectividades que representam, nas escalas geográficas em que actuam e nas lideranças e maior actividade política das estruturas dirigidas por guineenses qualificados, embora a quase totalidade sirva os guineenses mais desfavorecidos e se localize nas freguesias suburbanas da AML. São, na sua maioria, associações multi-funcionais, em que os raros casos de especialização não revelam a modernidade institucional, mas antes as subjectividades religiosas locais pré-migratórias.

Constituem-se como uma alternativa real, quer às estruturas de acolhimento do Estado português que se têm mostrado inadequadas na integração dos que partem, quer à inexistência de estruturas de desenvolvimento no Estado guineense incapaz de zelar pelo bem-estar dos que ficam. Todavia, os sentimentos de marginalidade afectiva e real não impedem estes colectivos guineenses de práticas de nacionalismo de longa distância e de cidadania transfronteiriça que evidenciam o desejo do regresso, aplicando-se a frase retirada do documentário Bab Sebta (2008): ***Nós não atravessamos fronteiras, as fronteiras atravessam-se entre nós.***

Quadro Apêndice – Tipologia das associações em análise

Associações de aldeia/região de origem	Associações do colectivo nacional
<ul style="list-style-type: none"> - ACBA Associação Coligativa Bissau-Biombo e Amigos - AFAB Associação dos Filhos e Amigos de Bafatá - AUIB Associação Unidos para o Progresso da Ilha de Bubaque - CABÁS GARANDI Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Bolama - Núcleo de Portugal - AFAIJE Associação dos Filhos e Amigos da Ilha de Jeta - Núcleo de Portugal - AFDAC Associação de Filhos, Descendentes e Amigos de Canhobe - AFICAP Associação dos Filhos de Calequise Residentes em Portugal - AGDAP Associação Guineense dos Descendentes e Amigos de Pecixe - AIT Associação dos Imigrantes de Tame - ANPRP Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal - BALOLE Associação dos Filhos de Bajope e Capol Residentes em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> - AGPD Associação Guineense para a Paz e Democracia - AGUINENSO Associação Guineense de Solidariedade Social - AGUIPA Associação Guineense e Povos Amigos - AIGAMST Associação dos Imigrantes Guineenses e Amigos da Margem Sul do Tejo - CG Casa da Guiné - GUINEÁSPORA Fórum dos Guineenses na Diáspora
	Associações de grupos ocupacionais
	<ul style="list-style-type: none"> - BOLANHA Associação dos Quadros e Estudantes Guineenses na Diáspora
Associações religiosas	Federações
<ul style="list-style-type: none"> - AMNGB Associação Muçulmana de Naturais da Guiné-Bissau - CPEA-PCI Centro Português de Estudos Árabe-Pulaar e Cultura Islâmica - AUF Associação Uallado Folai - ACEGP Associação dos Crentes Evangélicos Guineenses em Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> - ABP Associação Baboque em Portugal - FAGP Federação das Associações Guineenses em Portugal

Notas

- ¹ Integração no sentido actualmente vulgarizado de inclusão social (Carrera, 2006).
- ² Testemunhos orais dão conta de fluxos de quadros com destino a Portugal, outros países da Europa, Cabo Verde e EUA que à época concedeu o estatuto de protecção temporária.
- ³ A estimativa do Director-Geral dos Assuntos Jurídicos e Consulares da Guiné-Bissau em Portugal é de um número que ronda entre os 45.000 e os 60.000 (2007) e a do líder da associação Guineáspora é de “cerca de 70.000, 50.000 legalizados” (2008).
- ⁴ Os dados do Recenseamento Geral da População de 2001 revelam que o segundo segmento teve um aumento proporcional significativo face aos dados da mesma fonte para 1991.
- ⁵ Conselho Consultivo para Assuntos da Imigração do Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Cultural (ACIDI).
- ⁶ Ver em Apêndice a lista das associações em análise. No tipo de associações de aldeia/região, o grupo maior respeita às aldeias e o grupo menor às regiões que correspondem a uma escala intermédia imaginada pelos guineenses mas não coincidente com a divisão territorial e administrativa da Guiné-Bissau.
- ⁷ Não foi possível um contacto mais próximo com a Associação dos Crentes Evangélicos Guineenses em Portugal (ACEGP).
- ⁸ Para os objectivos deste estudo não cabem as inúmeras associações que nasceram da iniciativa da sociedade civil portuguesa.
- ⁹ Instituição Particular de Solidariedade Social.
- ¹⁰ As idealizações associadas às ONG são pré-migratórias e incorporam os discursos e práticas de desenvolvimento “de baixo para cima”, enquanto as associadas às geminações são migratórias.
- ¹¹ A Associação dos Naturais de Pelundo Residentes em Portugal (ANPRP) representa uma singularidade de manjacos islamizados.
- ¹² CLAI - Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; GIP - Gabinete de Inserção Profissional, Rede GIP Imigrante.
- ¹³ Não se constituindo como um grupo organizado, a elite política emergente em contexto migratório inclui ex-políticos da Guiné-Bissau, líderes associativos e outras personalidades e indivíduos que se envolvem em acções políticas, em nome individual ou colectivo, em prol dos migrantes guineenses e do país de origem.

Referências Bibliográficas

- Abranches, M. (2007), *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos. Estratégias de (Re) Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*, *Colecção Teses* n.º 13, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Albuquerque, R. (2002), “Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes”, in SOS Racismo (org.), *A Imigração em Portugal. Os Movimentos Humanos e Culturais em Portugal*, Lisboa: SOS Racismo, pp.366-81.
- Albuquerque, R. et al. (2000), *O Fenómeno Associativo em Contexto Migratório. Duas Décadas de Associativismo de Imigrantes em Portugal*, Oeiras: Celta Editora
- Anderson, B. (1983), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres: Verso.
- Anderson, B. (1992), *Long-Distance Nationalism: World Capitalism and the Rise of Identity Politics*, Amesterdão: Centre for Asian Studies.
- Appadurai, A. (1991), “Global ethnoscaapes: notes and queries for a transnacional anthropology”, in Fox, R. G. (org.), *Recapturing Anthropology*, Santa Fé: School of American Research, pp. 191-210.
- Basch, L. et al. (1994), *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*, Basel: Gordon and Breach.
- Bordonaro, L. e Pussetti, C. (2006), “Da utopia da migração à nostalgia dos migrantes: percursos migratórios entre Bubaque (Guiné-Bissau) e Lisboa”, in Lima, A. e Sarró, R. (orgs.), *Terrenos Metropolitanos. Ensaio sobre Produção Etnográfica*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp.125-153.

- Carreiro, M. J. (2007), "Dinâmicas transnacionais protagonizadas por associações de migrantes guineenses em Portugal", *CIES e-Working-Paper*, n.º 26/07, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Carrera, S. (org.) (2006), *The Nexus between Immigration, Integration and Citizenship in the EU*, Bruxelas: Centre for European Policy Studies.
- Carvalho, C. (2000) "A revitalização do poder tradicional e os regulados manjaco da Guiné-Bissau", *Etnográfica*, vol. 4, n.º1, pp. 37-59.
- Carvalho, C. (2002), "Ambiguous representations: power and mimesis in colonial Guinea", *Etnográfica*, vol.6, n.º1, pp. 93-111.
- CIDAC (2004), *Migrações e Desenvolvimento: uma visão de experiências associativas em Portugal*, Lisboa: Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral.
- Có, J. R. (2004), "Migrações e desenvolvimento. As associações das comunidades migrantes em Portugal e a sua participação no desenvolvimento do país de origem: o caso guineense", *SOCIUS Working Papers*, n.º 12/04, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Có, J. R. (2007), "Os 'limites' da racionalidade migratória guineense: redes, capital social e determinantes sócio-culturais nas dinâmicas migratórias contemporâneas", *SOCIUS Working Papers*, n.º 4/07, Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Delgado-Wise, R. e Guarnizo, L. E. (2007), *Migration and Development: Lessons from the Mexican Experience*, Washington, DC: Migration Policy Institute
- Dias, E. C. (2007), "Les Musulmans Guinéens immigrés de Lisbonne: Évitement et fascination ambiguë pour «l'autre musulman»", *Lusotopie*, vol.14, n.º1, pp. 181-203.
- Dias, E. C. (1999), "Protestantismo e proselitismo na Guiné-Bissau. Reflexões sobre o insucesso do proselitismo no Oio e na província Leste", *Lusotopie*, pp. 309-318.
- Faist, T. (2000), "Transnationalism in international migration: implications for the study of citizenship and culture", *Ethnic and Racial Studies*, vol.23, n.º2, pp. 198-222.
- Glick-Schiller, N. e Fouron, G.E. (2001), *Georges woke-up laughing: Long-distance nationalism and the search for home*, Durham: Duke University Press.
- Glick-Schiller, N. (2005), "Transborder citizenship: an outcome of legal pluralism within transnational social fields", *Paper*, n.º 25, Los Angeles: Department of Sociology, University of California.
- Grillo, R. D. (2001), "Transnational migration and multiculturalism in Europe", *WPTC-01-08*, Economic & Social Research Council.
- Guarnizo, L. E. (2001), "On the political participation of transnational migrants: old practices and new trends", in Gerstl, J. e Mollenkopf, J. H. (orgs.), *E Pluribus Unum? Contemporary and Historical perspectives on Immigrant Political Incorporation*, Nova Iorque: Russell Sage Foundation, pp. 213-64
- Guarnizo, L. E. e Smith, M. P. (orgs.) (1998), "The locations of transnationalism", in Smith, M. P. e Guarnizo, L. E., *Transnationalism from Below*, New Brunswick: Transaction Publishers, pp. 3-34
- Harouna, D. A. (1992), *Os Muçulmanos Guineenses entre a Comunidade Islâmica de Lisboa e a Sociedade Portuguesa*, Lisboa: Edição do Autor
- Ho, E. L-E. (2008), "Citizenship and transnationalism: a review and critical interventions", *Geography Compass*, vol.2, n.º5: pp.1286-1300.

- Kerlin, M. D. (2000), "New agents of socio-economic development: Guinea-Bissauan hometown associations in Portugal", *South European Society and Politics*, vol.5, n.º3, pp. 33-55
- Khayati, K. (2008), *From Victim Diaspora to Transborder Citizenship? Diaspora Formation and Transnational Relations among Kurds in France and Sweden*, Linköping: Linköping University.
- Kivisto, P. (2001) "Theorizing transnational immigration: a critical review of current efforts", *Ethnic and Racial Studies*, vol.24, n.º4, pp. 549-77.
- Koopmans, R. e Statham, R. (2003), "How national citizenship shapes transnationalism: a comparative analysis of migrant and minority claims-making in Germany, Great Britain and the Netherlands", in Joppke, C. e Morawska, E. (orgs.), *Toward Assimilation and Citizenship: Immigrants in Liberal Nation-States*, Londres: Palgrave Macmillan, pp. 195-238.
- Lopes, C. (2007), *Participação das Populações Locais no Desenvolvimento da Educação, Dissertação de Mestrado em Estudos Africanos*, Lisboa: Instituto Superior da Ciência e da Empresa.
- Machado, F. L. (2001), "Contextos e percepções de racismo no quotidiano", *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º36, pp. 53-80.
- Machado, F. L. (2002), *Contrastes e Continuidades: Migração, Etnicidade e Integração dos Guineenses em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- Malheiros, J. M. e Mendes, M. (coord.) (2007), *Espaços e Expressões de Conflito e Tensão entre Autóctones, Minorias Migrantes e Não Migrantes na Área Metropolitana de Lisboa*, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Moya, J. C. (2005), "Immigrants and associations: A global and historical perspective", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º5, pp. 833-64.
- Orozco, M. (2003), *Hometown associations and their present and future partnerships: new development opportunities*, Report, Washington, DC: U.S. Agency for International Development.
- Peixe, B. et al. (2008), *O Racismo e Xenofobia em Portugal (2001-2007)*, Lisboa: Númena, Centro de Investigação em Ciências Sociais e Humanas.
- Peixoto, J. et al. (2005), *O Tráfico de Migrantes em Portugal: Perspectivas Sociológicas, Jurídicas e Políticas*, Lisboa: ACIDI/Observatório da Imigração.
- Portes, A. (2003), "Theoretical convergencies and empirical evidence in the study of migrant transnationalism", *International Migration Review*, vol.37, n.º 3, pp. 874-892.
- Portes, A. et al. (2005), "Immigrant transnational organizations and development: a comparative study", *CMD Working Paper*, n.º 05/07, The Center for Migration and Development, Princeton University.
- Portes, A. et al. (2007), "Divided or convergent loyalties? The political incorporation process of Latin American immigrants in the United States", *CMD Working Paper*, n.º 07/04, The Center for Migration and Development, Princeton University.
- Quintino, M. C. R. (2004), *Migrações e Etnicidade em Terrenos Portugueses. Guineenses: Estratégias de Invenção de uma Comunidade*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- Quintino, M. C. R. (coord.) (2006), *Percurso de Vida de Mulheres Migrantes. Lógicas Plurais de Género e Poder*, Lisboa: Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- Salamon, L. (1998), "A emergência do terceiro setor: uma revolução associativa", *Revista de Administração*, n.º 20, pp. 5-11.
- Sangreman, C. et al. (2006), "A evolução política recente na Guiné-Bissau", *Coleção Documentos de Trabalho*, n.º 70, Lisboa: Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Saraiva, C. (2008), "Transnational migrants and transnational spirits: an African religion in Lisbon", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.34, n.º2, pp. 253-269.
- Sardinha, J. (2005), "Cape Verdean associations in the Metropolitan Area of Lisbon and their role in the integration of the Cape Verdean community into Portuguese society", *Working Paper Series*, n.º26, Sussex Centre for Migration Research.
- Sardinha, J. (2007), "Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal", *POLITIS Working Paper Series*, n.º 7, University of Oldenburg.
- Schrover, M. e Vermeulen, F. (2005), "Immigrant organisations", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º 5, pp. 823-32.
- SEF (2008), *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo*, Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
- Somerville, W. et al. (2008), *Hometown Associations: an Untapped Resource for Immigrant Integration?*, Washington, DC: Migration Policy Institute.
- Soysal, Y. N. (1994), *Limits of Citizenship: Migrants and Postnational Membership in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.
- Teixeira, A. e Albuquerque, R. (2005), *Active Civic Participation of Immigrants in Portugal*, Oldenburg: Carl von Ossietzky Universität
- Vermeulen, F. (2005), "Organisational patterns: Surinamese and Turkish associations in Amsterdam", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol.31, n.º5, pp. 951-973.
- Vertovec, S. (2004), "Migrant transnationalism and modes of transformation", *International Migration Review*, vol.38, n.º3, pp. 970-1001.
- Vertovec, S. e Cohen, R. (orgs.) (1999), *Migration, Diasporas and Transnationalism*, Cheltenham: Edward Elgar.